

Concessionária SPMAR S.A. – em Recuperação Judicial

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente em 31 de dezembro de 2024

Ref.: Relatório nº 253L1-053-PB



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.

Av. Luiz Eduardo Toledo Prado, 870 -
6º andar, Sala 602 - Vila do Golf -
Ribeirão Preto (SP) Brasil
T +55 16 3103-8940
www.grantthornton.com.br

Aos Administradores e Acionistas da
Concessionária SPMAR S.A. – em Recuperação Judicial
São Paulo – SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da Concessionária SPMAR S.A. – em Recuperação Judicial (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária SPMAR S.A. – em Recuperação Judicial em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Realização dos impostos diferidos

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 8 (e), a Companhia possui registrado nas rubricas “Ativos fiscais diferidos”, no ativo não circulante, o montante de R\$ 172.726 mil (mesmo valor em 31 de dezembro de 2023), referente a Ativo fiscal diferido decorrente de prejuízo fiscal. Entretanto, a Companhia não possui histórico de rentabilidade nos últimos anos e não foi elaborado estudo formal de viabilidade de recuperabilidade e que demonstre a provável ocorrência de lucros tributáveis futuros suficientes para compensar os prejuízos acumulados e utilização dos referidos créditos tributários diferidos. Consequentemente, o ativo não circulante, o resultado do exercício e o patrimônio líquido estão apresentados a maior no montante de R\$ 172.726 mil (mesmo valor em 31 de dezembro de 2023).

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”.

Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no código de ética profissional do contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos atenção para a Nota Explicativa nº 1.1, em 24 de agosto de 2018, as empresas do Grupo Heber (Heber Participações S.A., as controladas diretas Cibe Participações e Empreendimentos S.A., Compacto Participações S.A., as controladas indiretas Doreta Empreendimentos e Participações S.A., Infra Bertin Empreendimentos S.A., Concessionária SPMar S.A. e as “irmãs” Comapi Agropecuária S.A., Contern Construções e Comércio Ltda. e Águas de Itu Gestão Empresarial S.A.) tiveram o pedido de Recuperação deferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Somado a Recuperação Judicial, a Companhia vem incorrendo em prejuízos de R\$ 540.176 mil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (prejuízo de R\$ 370.780 mil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023), o passivo circulante da Companhia excedeu em R\$ 5.814 mil o ativo circulante em 31 de dezembro de 2024 (em 31 de dezembro de 2023 excedeu em R\$ 279.466 mil) e o patrimônio líquido (passivo a descoberto) em 31 de dezembro de 2024 estava negativo em R\$ 2.002.900 mil (R\$ 1.462.724 mil em 31 de dezembro de 2023).

A continuidade operacional da Companhia depende da capacidade de a administração executar os planos da Recuperação Judicial. Essas questões indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a estes riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 25 de março de 2025

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.
CRC 2SP-037.321/O-0 F SP



Marcelo Castro Valentini
Contador CRC 1SP-239.472/O-2

Concessionária SPMAR S.A. - em Recuperação Judicial

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

Ativo

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	241.558	174.150
Contas a receber	5	37.535	31.928
Despesas antecipadas	-	4.271	3.793
Impostos a recuperar	-	7.458	5.534
Adiantamento a fornecedores	7	1.717	1.683
Outras contas a receber	-	432	424
Total do ativo circulante		292.971	217.512
Ativo não circulante			
Depósitos judiciais	-	16.536	17.784
Ativos fiscais diferidos	8	456.144	371.481
Total		472.680	389.265
Imobilizado	9	5.060	5.810
Intangível	10	2.836.225	2.929.041
Total		2.841.285	2.934.851
Total do ativo não circulante		3.313.965	3.324.116
Total do ativo		3.606.936	3.541.628

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária SPMAR S.A. - em Recuperação Judicial

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

Passivo e patrimônio líquido

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Passivo circulante			
Empréstimos e financiamentos	11	95.142	350.268
Fornecedores e outras contas a pagar	12	35.794	38.177
Obrigações trabalhistas e encargos sociais	-	16.389	14.623
Obrigações fiscais	13	8.044	11.359
Provisão para manutenção	14	143.416	82.551
Total do passivo circulante		298.785	496.978
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	11	4.812.451	4.176.048
Provisão para manutenção	14	350.963	198.839
Provisão para contingência	15	60.726	43.066
Obrigações fiscais	13	15.623	18.133
Adiantamento para futuro aumento de capital	6	71.288	71.288
Total do passivo não circulante		5.311.051	4.507.374
Patrimônio líquido			
	16		
Capital social	-	1.439.261	1.439.261
Prejuízos acumulados	-	(3.442.161)	(2.901.985)
Total		(2.002.900)	(1.462.724)
Total do passivo e do patrimônio líquido		3.606.936	3.541.628

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária SPMAR S.A. - em Recuperação Judicial

Demonstrações do resultado
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Receitas	17	500.273	420.915
Custos dos serviços prestados	18	(573.899)	(310.863)
Resultado bruto		(73.626)	110.052
Despesas gerais e administrativas	18	(57.557)	(49.561)
Outras despesas	19	789	472
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		(130.394)	60.963
Resultado financeiro	20	(494.445)	(453.988)
Resultado antes dos impostos		(624.839)	(393.025)
Imposto de renda e contribuição social correntes	8	-	(11.341)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	84.663	33.586
Prejuízo do exercício		(540.176)	(370.780)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária SPMAR S.A. - em Recuperação Judicial

Demonstrações do resultado abrangente
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo do exercício	(540.176)	(370.780)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	(540.176)	(370.780)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária SPMAR S.A. - em Recuperação Judicial

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Capital			Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
	Subscrito	A integralizar	Social		
Saldos em 01 de janeiro de 2023	1.445.031	(5.770)	1.439.261	(2.531.205)	(1.091.944)
Prejuízo do exercício	-	-	-	(370.780)	(370.780)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.445.031	(5.770)	1.439.261	(2.901.985)	(1.462.724)
Prejuízo do exercício	-	-	-	(540.176)	(540.176)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.445.031	(5.770)	1.439.261	(3.442.161)	(2.002.900)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária SPMAR S.A. - em Recuperação Judicial

Demonstrações dos fluxos de caixa

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(540.176)	(370.780)
Ajuste para reconciliar o prejuízo do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais		
Depreciação e amortização	128.577	134.353
Provisão para manutenção	228.842	4.005
Provisão para contingência	17.660	10.473
Juros sobre empréstimos e financiamentos	529.804	407.674
Ajuste a valor presente	(15.853)	66.094
Impostos diferidos	(84.663)	(30.808)
Total	264.191	221.011
Contas a receber	(5.607)	(4.816)
Impostos a recuperar	(1.924)	(1.119)
Despesas antecipadas	(478)	(525)
Adiantamento a fornecedores	(34)	44
Outras contas a receber	(8)	-
Depósitos judiciais	1.248	(2.375)
Fornecedores e outras contas a pagar	(2.383)	6.032
Obrigações trabalhistas e sociais	1.766	1.752
Obrigações fiscais	(5.825)	(3.115)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais	250.946	216.889
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Imobilizado	(903)	(726)
Intangível	(34.108)	(7.322)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(35.011)	(8.048)
Fluxo de caixa das atividades financeiras		
Pagamento de juros e principal empréstimos	(148.527)	(131.785)
Fluxo de caixa decorrente das atividades financeiras	(148.527)	(131.785)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	67.408	77.056
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	174.150	97.094
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	241.558	174.150
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	67.408	77.056

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Companhia foi constituída em 28 de setembro de 2007, com a razão social Defis – Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda.

Em 19 de novembro de 2010, a Defis – Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda., por meio da ata da Assembleia Geral de Transformação, aprovou a transformação em sociedade anônima e em 20 de janeiro de 2011, por meio da ata da Assembleia Geral Extraordinária alterou o seu objeto social, bem como a razão social para Concessionária SPMAR S.A. – em Recuperação Judicial, possibilitando a exploração, mediante concessão onerosa, do Trecho Sul do Rodoanel Mário Covas e construção e exploração do Trecho Leste do Rodoanel.

A Concessionária SPMAR é uma Companhia do Grupo Heber que tem como objeto social a exploração, sob regime de concessão, do Sistema Rodoviário denominado Rodoanel “Mário Covas”. A Companhia é responsável pela administração do Trecho Sul e a construção do Trecho Leste do Rodoanel, no Estado de São Paulo. O direito de explorar o Rodoanel – “Mário Covas” foi concedido por meio de assinatura do Contrato de Concessão nº 001/ARTESP/2011.

Em 10 de março de 2011, a Companhia iniciou suas atividades mediante assinatura do Contrato de Concessão, após liquidar o preço da delegação dos serviços públicos de exploração do Sistema Rodoviário (concessão onerosa), de R\$ 389.308, em 02 de março de 2011.

A principal fonte de receita da Companhia é a arrecadação de pedágio, sendo facultada à contratante, DER-SP, desautorizar essa arrecadação. Além disso, a Companhia tem o direito de ser remunerada por fontes acessórias de receita, principalmente, receitas decorrentes do uso da faixa de domínio, observadas as restrições constantes no edital.

Trechos da concessão

Rodoanel – Trecho Sul

São 57 km de extensão, mais 4,4 km de interligação com a Av. Papa João XXIII, em Mauá – SP. Seu traçado inicia-se no trevo da Rodovia Régis Bittencourt – no entroncamento com o Trecho Oeste – interligando as Rodovias Anchieta e Imigrantes, além do prolongamento da Avenida Papa João XXIII.

Rodoanel – Trecho Leste

O Trecho Leste possui cerca de 43,5 km e se destina a interligar o Trecho Sul, desde sua ligação com a Av. Papa João XXIII em Mauá, com a Rodovia Presidente Dutra, em Arujá. O traçado percorre o território de seis municípios: Ribeirão Pires, Mauá, Suzano, Poá, Itaquaquecetuba e Arujá.

Bens reversíveis

Extinta a concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo poder concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

A Companhia realizou a integralização de capital de R\$ 1.445.031.

1.1. Pedido de Recuperação Judicial

O Grupo Heber apresentou em 16 de agosto de 2017, pedido de Recuperação Judicial à Justiça do Estado de São Paulo envolvendo as empresas Heber Participações S.A., Cibe Participações e Empreendimentos S.A., Cibe investimentos e Participações S.A.; Compacto Participações S.A., Comapi Agropecuária S.A., Doreta Empreendimentos e Participações S.A., Infra Bertin Empreendimentos S.A., Concessionária SPMar S.A., Contern Construções e Comércio Ltda. e Águas de Itu Gestão Empresarial S.A. A homologação do pedido de Recuperação Judicial promulgado pelo juiz ocorreu em 24 de agosto de 2017.

O plano de Recuperação Judicial foi protocolado aprovado em AGC no dia 18 de setembro de 2018 e homologado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em 1º de outubro de 2018.

No dia 26 de maio de 2020, foi publicado acórdão proferido pela 2ª Câmara Reservada do Direito Empresarial do Tribunal de Justiça de São Paulo, no qual foi determinado, dentre outras providências, a apresentação de um novo plano de recuperação judicial pela SPMAR.

Após apresentação do plano nos autos do processo de recuperação judicial, ele foi aprovado definitivamente em AGC realizada em 09 de outubro de 2020, e homologado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em 29 de janeiro de 2021.

Assim, todos os créditos foram novados pelo PRJ e seus respectivos anexos, nos termos do artigo nº 59 da Lei nº 11.101/2005. Mediante a referida novação, o saldo se expresso de forma diversa no PRJ, todas as obrigações, covenants, índices financeiros, hipóteses de vencimento antecipado, multas, bem como outras obrigações e garantias que sejam incompatíveis com o PRJ e anexos deixarão de ser aplicáveis.

Para análise da capacidade e dos prazos de pagamento da dívida, os credores foram segregados em classes nos seguintes valores, atualizados conforme quadro abaixo, com base na listagem do Administrador Judicial disponibilizada no Diário de Justiça Eletrônico no dia 09 de outubro de 2020:

Classe	Descrição	Valores expresso em milhares de reais	
		AGC	Valor atualizado (a)
Classe I	Credores trabalhistas	646	682
Classe III	Intercompany	15.253	32.790
Classe III	Credores quirografários	11.385	12.143
Classe IV	Credores ME/EPP	1.103	1.164
Total		28.387	46.779

(a) Valor atualizado até o fim do fluxo previsto de pagamentos da Recuperação Judicial.

A administração da Companhia calculou o *Weighted Average Cost of Capital (WACC)* – custo médio ponderado de capital – em 11,79% a.a. Desta forma, o valor presente dos pagamentos em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 13.895 (R\$ 16.582 em 31 de dezembro de 2023, com um WACC de 9,30% a.a.).

Esta iniciativa é o melhor caminho para que o Grupo Heber garanta a integridade de seus ativos e possa renegociar cerca de R\$ 7 bilhões de dívidas.

As dificuldades do Grupo Heber começaram em 2014 com o agravamento da crise econômica que vem assolando o País, em especial no setor de infraestrutura, com redução expressiva de novos projetos e custo mais elevado para rolagem de dívidas. Além disso, foram efetuados pesados investimentos para a construção do Trecho Leste do Rodoanel Mario Covas em São Paulo (houve várias interferências e sujeições imprevistas que não constavam no projeto licitado) e para a operação dos Trechos Sul e Leste deste importante arco rodoviário (com menos praças de pedágio do que as estabelecidas no contrato de concessão); os resultados são custos maiores e menos receitas.

O Grupo Heber contará com a assessoria jurídica do escritório Thomaz Bastos, Waisberg e Kurzweil Advogados, e com assessoria financeira da Galeazzi & Associados

2. Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As presentes demonstrações contábeis estão de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiros (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Afirmamos que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas, pelos Diretores da Companhia, em 25 de março de 2025.

Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera.

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 9** – Imobilizado;
- **Nota Explicativa nº 10** – Intangível;
- **Nota Explicativa nº 8** – Ativos e passivos fiscais diferidos;
- **Nota Explicativa nº 14** – Provisão para manutenção; e
- **Nota Explicativa nº 15** – Provisão para contingências.

3. Apresentação das demonstrações e políticas contábeis materiais.

As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

Políticas contábeis materiais

a) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro.

Classificação dos ativos financeiros

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado:

- i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente aos pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

- i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros; e
- ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do exercício correspondente.

Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial.

O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas. A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Para os ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável. Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a Companhia e suas controladas reconhecem a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se, em exercícios subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro.

A receita de juros é reconhecida no resultado e incluído na rubrica “Receitas financeiras” (Vide Nota Explicativa nº 20).

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado abrangente

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente caso ele satisfaça ao critério de fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros em aberto, e que seja mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Não aplicável para a Companhia.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando no reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descasamento contábil.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for: **(i)** uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios; **(ii)** mantido para negociação; ou **(iii)** designado ao valor justo por meio do resultado.

Contratos de garantia financeira

Os contratos de garantia financeira são contratos que requerem pagamento para fins de reembolso do detentor por perdas por ele incorridas quando o devedor especificado deixar de fazer o pagamento devido segundo os termos do correspondente instrumento de dívida. Contratos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos como um passivo a valor justo, ajustado por custos de transação diretamente relacionados com a emissão da garantia. Subsequentemente, o passivo é mensurado com base na melhor estimativa da despesa requerida para liquidar a obrigação presente na data do balanço ou no valor reconhecido menos amortização, dos dois o maior. Não aplicável para a Companhia.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado.

Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O seguinte critério é aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente (em 31 de dezembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Não aplicável para a Companhia.

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

O contrato de concessão da Companhia é de longo prazo sujeito a discussões e reequilíbrios junto ao poder concedente. Consequentemente, podem ocorrer modificações ao longo de sua vida contratual. Em adição às avaliações acerca de indicativos (internos ou externos) de *impairment*, a Companhia revisa anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há algum indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam que sejam recebidos ao longo do período contratual. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia efetuou as avaliações pertinentes e não identificou necessidade de reconhecimento de provisão para perdas relacionadas aos contratos onerosos, conforme previsões do CPC 25.

Provisões gerais

As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

Provisão de manutenção – Contratos de Concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia definiu que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

A provisão para manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos ao valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

A taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o período de provisionamento, para fins de cálculo do valor presente.

b) Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto e na Lei nº 6.404/76 são reconhecidos como passivo. Vide Nota Explicativa nº 16.

Ações preferenciais

Ações preferenciais são classificadas no patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis, ou resgatáveis somente a escolha da Companhia. Dividendos pagos são reconhecidos no patrimônio líquido quando da aprovação dos Acionistas da Companhia.

c) Imobilizado**Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido, quando aplicáveis, de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

A Companhia considera como ativo imobilizado somente os bens que estão em seu poder e podem ser a qualquer momento negociado sem prévia autorização do poder concedente da concessão em que opera.

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item, caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil-econômica estimada de cada componente.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis médias estimadas para o exercício corrente e comparativos são as seguintes:

Descrição	Anos
Equipamentos de informática	05
Máquinas e equipamentos	10
Móveis e utensílios	10
Veículos	05

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

d) Intangível**Contratos de concessão**

A Companhia reconhece um ativo intangível decorrente de um contrato de concessão quando ela tem direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão. Um ativo intangível recebido como contraprestação por serviços de construção e melhoria fornecido em um contrato de concessão é mensurado ao valor justo no reconhecimento inicial. Subsequente ao reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado ao custo, o qual inclui custo de empréstimos capitalizados, menos amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

A estimativa de vida útil de um ativo intangível em um contrato de concessão é o período contado a partir de quando a Companhia se torna apta a cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura até o final do período de concessão.

Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam todos os gastos, são reconhecidos no resultado, conforme incorrido.

Amortização

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear, considerando as vidas úteis estimadas dos ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para o período corrente e comparativo são as seguintes:

Descrição	Anos
Intangível em rodovia	35

Conforme previsto no ICPC 01(R1) – “Contratos de concessão” e no contrato de concessão, todo esse investimento realizado no período de exploração da concessão deverá retornar ao órgão concedente ao final do contrato, ou seja, a vida útil dos ativos (registrado como ativo intangível, conforme ICPC 01 (R1)), deverá ser amortizado ao longo do contrato. De acordo com a Orientação OCPC 05 – “Contratos de concessão”, a Companhia optou por amortizar esse montante de forma linear, entendendo que a adoção pela estimativa da curva de demanda não ser a mais adequada às circunstâncias, visto que não reflete o real consumo do ativo ao longo do tempo.

e) Benefícios a empregados**Benefícios de curto prazo a empregados**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas, conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

f) Receitas**Receita de pedágio**

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e tributos ou encargos sobre vendas.

A receita é reconhecida em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio e pós-pagos, são registradas no resultado quando da passagem do usuário pela praça de pedágio.

Receitas de operação ou serviço são reconhecidas no período no qual os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

Receita de construção

Pelos termos do contrato de concessão, a Concessionária deve construir e/ou melhorar a infraestrutura das rodovias que opera. Conforme requerido pelo ICPC01 (R1)/IFRIC 12 – “Contratos de concessão”, as receitas relativas ao serviço de construção/melhoria prestado devem ser mensuradas e registradas pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível de concessão, por corresponder a um direito sobre tal ativo, sendo registrada pelo seu valor justo. Este direito que corresponde à receita de construção/melhoria, é composto de custo de construção/melhoria acrescido a margem de lucro a aos custos de empréstimos atribuíveis e este ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita.

Receita financeira e despesa financeira

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

g) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição Social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados aos itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam aos impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

h) Aspectos ambientais

A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas as regulamentações ambientais. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas aos assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

i) Determinação do Ajuste a Valor Presente (AVP)

Os itens sujeitos ao desconto a valor presente são:

- Provisão para manutenções em rodovias. A taxa de desconto utilizada pela administração para o desconto a valor presente para esses itens é de 5,54% a.a.; e
- A Companhia entende que as contas a receber de clientes e contas a pagar não sofrem impactos significativos de ajuste a valor presente devido à rápida realização de recebimento e pagamento.

Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo:

- **Caixa e equivalentes de caixa:** os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos, em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos;
- **Contas a receber e outros recebíveis, fornecedores e outras contas decorrentes diretamente das operações da Companhia:** o valor justo de contas a receber e outros recebíveis é estimado como valor presente de fluxos de caixas futuros. Devido ao curto prazo para realização dos recebíveis, a Companhia opta por não adotar taxas para cálculo do valor justo;
- **Ativos intangíveis:** o valor justo de um ativo intangível recebido como contraprestação pelos serviços de construção prestados em um contrato de concessão é estimado por referência ao valor justo do serviço de construção prestado. O valor justo é calculado com base no custo total estimado. Quando a Companhia recebe um ativo intangível como contraprestação por prestação de serviços de construção em um contrato de concessão, a Companhia estima o valor justo dos ativos intangíveis pela diferença entre o valor justo dos serviços de construção prestados e o valor justo do ativo financeiro recebido; e
- **Passivos financeiros não derivativos:** o valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações contábeis.

j) Decisão do STF sobre “coisa julgada” em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal (“STF” ou “Supremo”) concluiu o julgamento sobre a “coisa julgada” em tributos recolhidos de forma continuada, definindo que a decisão proferida em controle difuso cessa imediatamente os seus efeitos quando proferido novo julgamento, em sentido contrário, em ação direta de constitucionalidade ou em sede de repercussão geral pelo Supremo. Nesse mesmo julgamento, o STF rejeitou o pedido de modulação de efeitos da decisão, determinando o recolhimento dos valores passados, desde que respeitado o prazo de prescrição. A Companhia avaliou os impactos desta decisão e concluiu que não existe impacto relevante nas informações contábeis e na destinação do resultado do período em decorrência de tal decisão.

k) Adoção dos novos requisitos, normas, alterações e interpretações

Os novos requisitos, normas, alterações e interpretações que entraram em vigor para exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2024, foram:

- Alteração ao IFRS 16 – Passivo de Locação em um *Sale and Leaseback*;
- Alterações ao IAS 1 – Classificação de passivos como “Circulante” ou “Não Circulante”;
- Alterações ao IAS 7 e IFRS 7 – Divulgações sobre operações de risco sacado.

Em relação as alterações supracitadas, a Companhia não identificou impactos significativos que viessem a alterar sua divulgação em se tratando de adoção e interpretação das normas; com exceção às alterações ao IAS 7 e IFRS 7, fruto da adição dos itens 44F e 44H ao Pronunciamento técnico CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa, que fornece maior detalhamento acerca das operações de risco sacado (entende-se também por “forfaiting” no decorrer do relatório, em sua nota 15.a. Fornecedores – Risco Sacado e Forfaiting).

Em relação aos requisitos, normas, alterações e interpretações que entrarão em vigor para exercícios iniciados em 01º de janeiro de 2025, e a expectativa de seus respectivos impactos:

IFRS S1 – Requisitos gerais para divulgação de informações financeiras relacionadas à

sustentabilidade: propõe que as empresas divulguem informações financeiras, riscos e oportunidades em curto e longo prazo referentes a sustentabilidade, que sejam úteis para o usuário de propósito geral na tomada de decisões sobre fornecimentos de recursos a entidade. A norma pode ser adotada voluntariamente para exercícios iniciados em 01º de janeiro de 2024, com obrigatoriedade de adoção para exercícios iniciados em 01º de janeiro de 2026;

IFRS S2 – Requisitos de divulgação relacionados ao clima: estabelece os requisitos para a divulgação de informações relacionadas ao clima, e se aplica aos aspectos em que a entidade está exposta podendo ser riscos físicos, riscos de transição e oportunidades disponíveis para a organização. A norma pode ser adotada voluntariamente para exercícios iniciados em 01º de janeiro de 2024, com obrigatoriedade de adoção para exercícios iniciados em 01º de janeiro de 2026;

Alteração na IAS 21 – Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio: estabelece requisitos a mensuração e divulgação de transações em moedas estrangeiras, conversão de saldos e o impacto das flutuações nas taxas de câmbio nas demonstrações contábeis. A adoção está definida para exercícios iniciados em 01º de janeiro de 2025, com possibilidade de adoção antecipada;

Alterações no IFRS 9 e IFRS 15 – Classificação e mensuração dos Instrumentos Financeiros: constitui devem ser classificados e mensurados os ativos e passivos financeiros; além de clarificar como as receitas relacionadas a esses instrumentos devem ser reconhecidas. A adoção está definida para exercícios iniciados em 01º de janeiro de 2026, com possibilidade de adoção antecipada.

Melhorias anuais ao IFRS – Volume 11. A adoção está definida para exercícios iniciados em 01º de janeiro de 2026, com possibilidade de adoção antecipada:

1. IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro: As mudanças visam esclarecer questões relacionadas à primeira aplicação das normas, garantindo uma adoção mais fluida para as empresas;

2. IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: As emendas buscam melhorar as orientações sobre a divulgação de informações financeiras relacionadas a instrumentos financeiros, além de esclarecer a implementação de certos requisitos;

3. IFRS 9 - Instrumentos Financeiros: As modificações visam corrigir inconsistências ou fornecer mais clareza sobre a aplicação de certas disposições desta norma, especialmente relacionadas à mensuração e classificação dos instrumentos financeiros;

4. IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas: As melhorias tratam de questões menores sobre a aplicação de controle e a determinação de quando uma entidade deve consolidar suas subsidiárias;

5. IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa: As alterações são feitas para melhorar a clareza nas orientações sobre a apresentação dos fluxos de caixa, especialmente em relação às atividades de financiamento e a classificação de certos fluxos;

IFRS 18 – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras: Nova norma que define nova estrutura para apresentação da Demonstração do resultado, com foco na divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração como parte das demonstrações contábeis e novos princípios de agregação e desagregação de saldos a fim de padronizar e facilitar a comparabilidade e confronto com outros demonstrativos. A adoção obrigatória está definida para exercícios iniciados em 01º de janeiro de 2027;

IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações: Uma subsidiária elegível aplica os requisitos das outras Normas IFRS, exceto pelos requisitos de divulgação, aplicando, em vez disso, os requisitos de divulgação reduzidos do IFRS 19. Os requisitos de divulgação reduzidos do IFRS 19 equilibram as necessidades de informação dos usuários das demonstrações contábeis das subsidiárias elegíveis com a redução de custos para os preparadores. A adoção obrigatória está definida para exercícios iniciados em 01º de janeiro de 2027.

A Companhia não adotou antecipadamente nenhuma norma e está avaliando os possíveis impactos nas demonstrações contábeis subsequentes.

Reforma Tributária no Brasil

Reforma tributária Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) nº 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares (“LC”), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, Cofins, ICMS e ISS. Foi criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos das LC.

A Companhia está em processo de avaliação de potenciais impactos da citada reforma tributária.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa	1	1
Saldos bancários	465	3.936
Fundo de troco (a)	1.258	1.265
Aplicações financeiras (b)	239.834	168.948
Total	241.558	174.150

(a) Montante mantido em cofres para satisfazer a necessidade de troco para os usuários das rodovias; e

(b) Aplicações financeiras junto à Caixa Econômica Federal remunerada a 100% da variação do CDI.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota Explicativa nº 24.

5. Contas a receber

	31/12/2024	31/12/2023
Títulos a receber	2.958	3.111
Cupons de pedágio a receber	219	256
Pedágio eletrônico a receber	34.358	28.561
Total	37.535	31.928

As contas a receber da Companhia são originadas da arrecadação nas praças de pedágios, principalmente decorrente do uso de instrumentos eletrônicos, ou seja, toda forma de arrecadação que não seja papel.

Em 31 de dezembro de 2024, a administração da Companhia, com base em sua avaliação do risco de crédito e histórico de recebimento dos clientes, entende que não se faz necessária a constituição de Provisão para perda de créditos esperada sobre o saldo de contas a receber, tendo em vista que o montante total de contas a receber é substancialmente composto por créditos com Companhias de arrecadação eletrônica, para as quais inexistente histórico de inadimplência.

A Companhia avaliou o Ajuste a Valor Presente dos seus saldos de contas a receber de clientes na data-base de 31 de dezembro de 2024, e concluiu que os valores se equiparam substancialmente aos valores contábeis apresentados nas demonstrações contábeis.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (valores expressos em milhares de reais)

A exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas às contas a receber de clientes, são divulgadas na Nota Explicativa nº 23.

6. Partes relacionadas**Parte controladora final**

A controladora da Companhia é a Infra Bertin Empreendimentos S.A. – Em Recuperação Judicial e a controladora final é a Contern Construções e Comércio Ltda. – Em Recuperação Judicial.

Remuneração de pessoal-chave da administração

A Concessionária SPMAR S.A. – Em Recuperação Judicial remunera seus Administradores, conforme valores demonstrados a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Salários, ordenados e pró-labore	1.982	1.772
Vale-refeição	134	128
Total	2.116	1.900

Benefícios a empregados

A Companhia fornece aos seus colaboradores benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, fornecimento de vale-refeição e vale-transporte.

Os montantes referentes aos benefícios a empregados estão apresentados a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Vale-refeição	3.549	3.503
Assistência médica	4.954	4.411
Vale-transporte	565	501
Outros	13	336
Total	9.081	8.751

Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2024, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas às operações com partes relacionadas, decorrem principalmente de transações com acionistas e Companhias ligadas do mesmo grupo econômico.

	Ativo		Passivo		Resultado
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
Adiantamentos para futuro aumento de capital					
Infra Bertin Empreendimentos S.A. - Em Recuperação Judicial	-	-	71.288	71.288	-
Clientes					
Contern Construções e Comércio Ltda. - Em Recuperação Judicial (a)	37	37	-	-	-
Adiantamento a fornecedores					
Contern Construções e Comércio Ltda. - Em Recuperação Judicial (a)	-	-	-	-	-
Adiantamento de clientes					
Contern Construções e Comércio Ltda. - Em Recuperação Judicial (a)	-	-	3.487	3.487	-

(a) Os saldos são de natureza operacional, por conta de contratação de serviços para execução de obras do Trecho Leste do Rodoanel, o qual será compensado com as notas fiscais de prestação de serviços.

7. Adiantamento a fornecedores

	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamento de viagem	55	55
Adiantamento a empregados	254	182
Adiantamento a fornecedores nacionais	1.408	1.446
Total	1.717	1.683

8. Ativos e passivos fiscais diferidos

Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado é demonstrada a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Resultado do exercício antes dos impostos	(624.839)	(393.025)
Alíquota nominal (%)	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(212.445)	(133.629)
Ajuste do imposto de renda e contribuição social		
Diferenças temporárias	88.416	(14.236)
Diferenças permanentes	(1.937)	(8.780)
Prejuízo fiscal e base negativa	(125.966)	(156.645)
Imposto corrente	-	(11.341)
Imposto diferido	84.663	33.586
Alíquota efetiva de impostos (%)	-13,55%	-5,66%

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (valores expressos em milhares de reais)

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos tem a seguinte origem:

	Ativos		Passivos		Resultado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Provisões diversas	21.248	15.265	-	-	5.983	3.783
Provisão para manutenção (a)	264.158	165.959	-	-	98.199	19.095
Amortização - ICPC01 (b)	358.073	318.139	-	-	39.934	41.898
AVP Provisão de manutenção (c)	-	-	31.476	36.866	(5.390)	22.472
Depreciações - ICPC01 (d)	-	-	(391.537)	(337.474)	(54.063)	(53.662)
Prejuízo fiscal e base negativa (e)	172.726	172.726	-	-	-	2.778
Pagamento de impostos (f)	-	-	-	-	-	(2.778)
Total de impostos diferidos	816.205	672.089	(360.061)	(300.608)	84.663	33.586

(a) As provisões para manutenção são constituídas para honrar compromissos operacionais de manter o nível de serviço adequado. Considera-se para esta provisão a atividade de recapeamento para toda a manta asfáltica que será progressivamente substituída ou melhorada;

(b) Amortização do ativo intangível de concessões não é dedutível na base de apuração do lucro real;

(c) O ajuste a valor presente sobre a provisão para manutenção gera receitas financeiras tributáveis por diferenças temporárias;

(d) Depreciação por regime fiscal excluída para fins de apuração do lucro real;

(e) De acordo com o CPC 32 e fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico aprovado pela administração, a Companhia reconheceu também os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a administração não elaborou o estudo de projeções de lucros tributáveis que resguardasse o registro do ativo fiscal diferido, conforme determina o CPC 32 e o CPC 01; e

(f) Diante das regras determinadas pela Receita Federal do Brasil nas modalidades do programa de parcelamento de impostos, a SPMAR, nos termos da Lei nº 13.496/17, utilizou o valor R\$ 2.778 de impostos diferidos para o pagamento de impostos.

9. Imobilizado

	Taxas anuais de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
				31/12/2024	31/12/2023
Imobilizado da administração	10% a 20%	24.390	(19.330)	5.060	5.810
Total		24.390	(19.330)	5.060	5.810

Movimentação do custo

	Adições		Adições	Baixas	31/12/2024
	31/12/2022	(baixas)	31/12/2023		
Imobilizado da administração	22.761	726	23.487	913	(10)
Total	22.761	726	23.487	913	(10)

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (valores expressos em milhares de reais)

Movimentação da depreciação acumulada

	31/12/2022	Baixas	31/12/2023	Adições	Baixas	31/12/2024
Imobilizado da administração	(15.835)	(15.835)	(17.677)	(1.653)	-	(19.330)
Total	(15.835)	(15.835)	(17.677)	(1.653)	-	(19.330)

10. Intangível

	Taxas anuais de amortização	Custo	Amortização acumulada	Líquido	
				31/12/2024	31/12/2023
Intangível de construção	2,86%	3.622.915	(1.031.051)	2.591.864	2.674.883
Intangível de outorga	2,86%	389.308	(153.869)	235.439	246.562
Software	2,86%	12.272	(3.350)	8.922	7.596
Total		4.024.495	(1.188.270)	2.836.225	2.929.041

Movimentação do custo

	31/12/2022	Adições/ baixas	31/12/2023	Adições/ baixas	31/12/2024
Intangível de construção	3.583.243	6.830	3.590.073	32.842	3.622.915
Intangível de outorga	389.308	-	389.308	-	389.308
Software	10.514	492	11.006	1.266	12.272
Total	3.983.065	7.322	3.990.387	34.108	4.024.495

Movimentação da amortização acumulada

	31/12/2022	Adições	31/12/2023	Adições	31/12/2024
Intangível de construção	(794.143)	(121.047)	(915.190)	(115.861)	(1.031.051)
Intangível de outorga	(131.623)	(11.123)	(142.746)	(11.123)	(153.869)
Software	(3.069)	(341)	(3.410)	(60)	(3.350)
Total	(928.835)	(132.511)	(1.061.346)	(126.924)	(1.188.270)

A Companhia aplicou a interpretação técnica ICPC 01 para os ativos diretamente relacionados à operação da concessão, ou seja, todos os ativos de infraestrutura que foram construídos ou melhorados, de modo que fosse possível para a Companhia obter receitas adicionais ao usufruir da operacionalização destes ativos.

Além das obras e melhorias, dentro do ativo intangível também estão incluídos bens como veículos utilizados nas atividades operacionais, sistemas de controle de tráfego, equipamentos de vigilância e segurança e sistemas de controle de arrecadação.

O direito de exploração da malha rodoviária (direito de outorga da concessão) também é reconhecido como um ativo intangível, a Companhia realizou o pagamento total ao poder concedente referente ao valor fixo da outorga, em 02 de março de 2011.

11. Empréstimos e financiamentos

	31/12/2024	31/12/2023
Repasse BNDES TJLP + 2% a.a.	3.647.786	3.221.659
Capital de giro 120% do CDI	1.259.807	1.304.657
Total	4.907.593	4.526.316
Circulante	95.142	350.268
Não circulante	4.812.451	4.176.048

Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	2024	2023
Saldos iniciais	4.526.316	4.250.427
Variação do fluxo de caixa de financiamento		
Pagamentos de financiamentos (principal e juros capitalizados)	(148.527)	(131.785)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento		
Outras variações		
Despesas de juros	529.804	407.674
Saldos finais	4.907.593	4.526.316

Abertura dos pagamentos dos empréstimos classificados no não circulante:

	31/12/2024	31/12/2023
2025	-	70.968
2026	95.884	95.504
2027	124.436	123.774
2028	156.616	155.567
2029	192.630	191.073
2030	233.052	230.835
2031	279.358	276.270
2032	140.351	138.597
2033 (+)	3.590.124	2.893.460
Total	4.812.451	4.176.048

A Companhia realizou a contratação de Financiamento mediante Repasse contratado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) que entre si celebraram a Caixa Econômica Federal e a Companhia Concessionária SPMAR S.A. – em Recuperação Judicial, realizada em 15 de março de 2013.

Em 21 de dezembro de 2018, a Companhia celebrou aditamento ao contrato de financiamento mediante repasse, que alterou os prazos contratuais, alongando o período de carência e amortização para as seguintes datas:

- a) Carência:** o prazo de carência será conforme para todos os subcréditos até 15 de junho de 2020;
- b) Amortização de juros:** exigíveis trimestralmente entre 15 de setembro de 2020 e 15 de junho de 2032; e
- c) Amortização de principal:** o principal da dívida decorrente deste contrato referente a todos os subcréditos serão pagos trimestralmente em percentuais pré-definidos contratualmente e aplicados sobre o saldo devedor no período entre março de 2023 e junho de 2032.

A Companhia também firmou contratos de financiamento (Finisa) os quais foram aditados em 21 de dezembro de 2018, alongando o prazo de carência e amortização da dívida para as seguintes datas:

- a) Carência:** o prazo de carência até 15 de junho de 2032 aplicável para todos os subcréditos;
- b) Amortização de juros:** exigíveis trimestralmente no período compreendido entre setembro de 2033 até dezembro de 2045; e
- c) Amortização de juros:** o principal da dívida decorrente deste contrato será pago trimestralmente em percentuais pré-definidos contratualmente e aplicados sobre o saldo devedor no período entre setembro de 2033 e dezembro de 2045.

Para assegurar o cumprimento das obrigações pecuniárias, principais e acessórias, assumidas neste Contrato, tais como principal da dívida, juros, comissões, pena convencional, multas e despesas, serão constituídas as seguintes garantias:

- **Garantias reais** – (i) alienação fiduciária da totalidade das ações do capital social da beneficiária, detidas pela Infra Bertin e Toniolo, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações; e (ii) cessão fiduciária, pela beneficiária, de todos e quaisquer direitos, presentes e/ou futuros, decorrentes, relacionados e/ou emergentes do contrato de concessão, respeitado o disposto no artigo 28, da Lei nº 8.987/95, nos termos do Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Emergentes da Concessão e Outras Avenças;
- **Fiança** – as intervenientes anuentes – fiadoras, Cibe Investimentos e Participações S.A., Contern Construções e Comércio Ltda., Heber Participações S.A (i) figuram como fiadoras e principais pagadoras, renunciando expressamente aos benefícios dos artigos 366, 827 e 838 do Código Civil, responsabilizando-se, solidariamente, pelo fiel e exato cumprimento de todas as obrigações assumidas pela beneficiária, neste Contrato, até final liquidação deste contrato; e (ii) declaram-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, fiadoras e principais pagadoras, solidariamente responsáveis, da beneficiária oriundo deste contrato, e em conformidade com o artigo 818 do Código Civil;
- **Contrato suporte de acionistas** – as acionistas celebraram contrato de suporte para garantir a cobertura integral de eventuais sobrecustos ou atrasos, multas e penalidades impostas pelos órgãos reguladores ou, ainda, receitas inferiores à projetada;
- **Seguros** – a beneficiária contratará seguros nas modalidades riscos operacionais, riscos de engenharia, responsabilidade civil, seguro garantia – funções de ampliação e seguro garantia – funções operacionais.

12. Fornecedores e outras contas a pagar

	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores nacionais diversos	20.902	22.527
Seguros a pagar	3.733	3.702
Ônus variável a pagar	1.362	590
Outras contas a pagar	9.797	11.358
Total	35.794	38.177

A exposição da Companhia para os riscos de moeda e de crédito relacionados a fornecedores e outras contas a pagar, encontram-se divulgados na Nota Explicativa nº 23.

13. Obrigações fiscais

	31/12/2024	31/12/2023
Cofins	1.575	1.407
PIS	336	301
ISS	2.840	2.688
IRRF	190	168
CSSL	38	50
Parcelamento federal	12.922	16.632
Parcelamento municipal	5.766	8.246
Total	23.667	29.492
Circulante	8.044	11.359
Não circulante	15.623	18.133

14. Provisão para manutenção

A Concessionária possui a obrigação contratual de atender as condições de conservação da rodovia estabelecidas pelo contrato de concessão. Para essas manutenções previstas, a administração optou por reconhecer um passivo contingente decorrente do desgaste da vida útil da conserva em infraestrutura.

A administração entende que o contrato de concessão é caracterizado como de natureza executória, conforme Orientação Técnica – OCPC 05. Essa premissa estabelece que o contrato pode ser finalizado a qualquer momento tanto pelo poder concedente quanto pela concessionária e, dessa forma, a Companhia provisiona apenas as próximas intervenções de conserva que devem ser realizadas em trechos específicos da malha rodoviária.

Os montantes provisionados são fundamentados com base em cronograma Físico Financeiro no 11 da Artesp. Os montantes são atualizados por índice de mercado IGP-M.

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo da provisão para manutenção ajustado a valor presente é de R\$ 350.963 e está demonstrado a seguir:

	31/12/2022	Adições (Baixas)	Realizações	31/12/2023
Provisão para manutenção - circulante	76.752	58.440	(52.157)	83.035
AVP - provisão para manutenção	(2.367)	1.883	-	(484)
Total	74.385	60.323	(52.157)	82.551
Provisão para manutenção - não circulante	209.870	(2.278)	-	207.592
AVP - provisão para manutenção	(72.964)	64.211	-	(8.753)
Total	136.906	61.933	-	198.839
Total	211.291	122.256	(52.157)	281.390

	31/12/2023	Adições (Baixas)	Realizações	31/12/2024
Provisão para manutenção - circulante	83.035	127.637	(59.978)	150.694
AVP - provisão para manutenção	(484)	(6.794)	-	(7.278)
Total	82.551	120.843	(59.978)	143.416
Provisão para manutenção - não circulante	207.592	161.183	-	368.775
AVP - provisão para manutenção	(8.753)	(9.059)	-	(17.812)
Total	198.839	152.124	-	350.963
Total	281.390	272.967	(59.978)	494.379

15. Provisão para contingências

Os Assessores Jurídicos da Companhia identificaram processo de natureza cível, trabalhista e administrativa, cuja expectativa de perda foi considerada como provável, no valor de R\$ 60.726 (R\$ 43.066 em 31 de dezembro de 2023). Já para os processos identificados como de perdas possíveis, de natureza cível, trabalhista e tributária, no montante de R\$ 1.795.656 (R\$ 462.928 em 31 de dezembro de 2023), a administração da Companhia não considera necessária constituição de provisão.

Processos administrativos – Artesp

No curso normal de suas operações, a Companhia mantém algumas discussões no âmbito da esfera administrativa junto a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – Artesp, que, por entender que a Companhia descumpriu algumas cláusulas do Contrato de Concessão nº 001/Artesp/2011 emitiu diversas notificações de infração contra a Companhia, as quais estão em fase de impugnação nos processos administrativos sancionatórios da Artesp. Assim, encontram-se em discussão na Artesp, notificações de infração que podem redundar na aplicação de multas pecuniárias que totalizavam, em 31 de dezembro de 2024, o valor atualizado de R\$ 88.957 (R\$ 67.615 em 31 de dezembro de 2023). A Companhia e seus Assessores jurídicos classificaram a possibilidade de perdas da seguinte forma, R\$ 13.084 (R\$ 12.363 em 31 de dezembro de 2023) como provável, R\$ 75.873 (R\$ 55.252 em 31 de dezembro de 2023) como possível e R\$ 0,00 (R\$ 0,00 em 31 de dezembro de 2023) como remota.

16. Patrimônio líquido

O capital social subscrito e parcialmente integralizado de R\$ 1.439.261 (mesmo valor em 31 de dezembro de 2023) está representado por 1.445.030.571 ações, sendo 746.725.695 ações ordinárias e 698.304.876 ações preferenciais (mesmas quantidades em 31 de dezembro de 2023), todas nominativas e sem valor nominal, pertencentes aos seguintes Acionistas:

	Participação %
Infra Bertin Empreendimentos S.A.	96,84
Toniolo, Busnello S.A.	3,16
Total	100

Em 28 de junho de 2012, através de Ata da Assembleia Geral Extraordinária, a Contern Construções e Comércio Ltda. e a Cibe Investimentos e Participações S.A. capitalizaram a Infra Bertin Empreendimentos S.A. com a totalidade das ações da Concessionária SPMAR S.A. – em Recuperação Judicial

Em 28 de dezembro de 2012, através de Ata da Assembleia Geral Extraordinária, a Infra Bertin Empreendimentos S.A. e a Toniolo, Busnello S.A. Túneis, Terraplanagens e Pavimentações, subscreveram e integralizaram parcialmente 336.068.610 novas ações.

Em 03 de outubro de 2014, através de Ata da Assembleia Geral Extraordinária, a Toniolo, Busnello S.A. Túneis, Terraplanagens e Pavimentações, integralizou R\$ 11.035.

Em 06 de outubro de 2014, através de Ata da Assembleia Geral Extraordinária, a Infra Bertin Empreendimentos S.A. subscreveu e integralizou 523.313.561 novas ações.

Em 10 de outubro de 2014, através de Ata da Assembleia Geral Extraordinária, a Infra Bertin Empreendimentos S.A. subscreveu e integralizou 9.122.000 novas ações.

Em 09 de janeiro de 2015, através de Ata da Assembleia Geral Extraordinária, a Infra Bertin Empreendimentos S.A. e Toniolo, Busnello S.A. Túneis, Terraplanagens e Pavimentações subscreveram e integralizaram 30.000.000 novas ações.

Ações ordinárias

Todas as ações têm os mesmos direitos com relação aos ativos líquidos residuais da Companhia.

Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos, conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão o direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia.

Ações preferenciais

As ações preferências de emissão da Companhia não conferem direito a voto, e participam dos lucros, em igualdade de condições com as ações ordinárias, sendo-lhes asseguradas prioridade no reembolso de capital em caso de liquidação da Companhia, sem prêmio.

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos Termos do Artigo nº 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Dividendos

A distribuição de dividendos, observadas as disposições do Contrato de Concessão, ficará condicionada aos limites fixados pela Lei das S.A., quer quantitativamente, quer quanto a periodicidade de sua distribuição sendo que o dividendo obrigatório será de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado, nos termos do artigo nº 202 da Lei das S.A.

17. Receitas

	31/12/2024	31/12/2023
Pedágio em numerário	40.658	77.382
Pedágio por equipamentos eletrônicos	418.123	350.351
Vale pedágio	10.589	10.736
Pedágio em cupons	2.276	3.320
Pedágio por cartão	35.300	6.612
Receita de construção (a)	32.842	6.830
Receitas acessórias (b)	4.960	5.100
Deduções de receita	(44.475)	(39.416)
Total	500.273	420.915

(a) A receita de construção é uma terminologia adotada pela Interpretação Técnica ICPC 01 que diz respeito à contrapartida no resultado de todo o ativo intangível obtido através de construções ou melhoramentos na infraestrutura. A administração da Companhia optou por reconhecer margem nula na receita de construção, ou seja, custos incorridos com obras são idênticos à receita de construção;

(b) Receita proveniente de cobranças pela utilização da faixa de domínio por Companhias autorizadas.

18. Gastos por natureza

	31/12/2024			31/12/2023		
	Custos dos serviços prestados	Despesas gerais e administrativas	Total	Custos dos serviços prestados	Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal	(34.996)	(9.102)	(44.098)	(33.519)	(7.165)	(40.684)
Provisão para manutenção (b)	(288.820)	-	(288.820)	(56.162)	-	(56.162)
Custo de construção (a)	(32.842)	-	(32.842)	(6.830)	-	(6.830)
Serviços de terceiros	(50.859)	(15.667)	(66.526)	(52.989)	(13.654)	(66.643)
Materiais/ equipamentos/ veículos	(20.552)	(1.555)	(22.107)	(14.593)	(982)	(15.575)
Poder concedente (c)	(11.884)	-	(11.884)	(6.803)	-	(6.803)
Depreciação e amortização (d)	(127.581)	(996)	(128.577)	(133.526)	(827)	(134.353)
Provisão de contingência	-	(17.660)	(17.660)	-	(10.473)	(10.473)
Outros	(6.365)	(12.577)	(18.942)	(6.441)	(16.460)	(22.901)
Total	(573.899)	(57.557)	(631.456)	(310.863)	(49.561)	(360.424)

(a) A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços e reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de construção são reconhecidas no exercício em que os serviços são prestados;

(b) Provisão para realização das próximas conservas em trechos das rodovias seguindo a premissa de contrato executório. Os montantes são provisionados com base em relatórios elaborados pelos Engenheiros da Companhia, respeitando os prazos determinados pelo cronograma da Artesp;

(c) Pagamento das parcelas variáveis ao poder concedente, conforme obrigação contratual; e

(d) A amortização do ativo intangível de construções e do direito de outorga da concessão ocorrerá de forma linear, de forma que o valor residual do ativo intangível, no final da concessão, será nulo.

19. Outras despesas

	31/12/2024	31/12/2023
Custo imobilizado	(9)	(7)
Sinistros recebidos	798	479
Outros	-	-
Total	789	472

20. Resultado financeiro

	31/12/2024	31/12/2023
Receita financeira		
Rendimento de aplicações financeiras	21.875	17.603
Juros ativos	379	7.443
AVP - provisão para manutenção	15.853	-
Total	38.107	25.046
Despesas financeiras		
IOF sobre operações financeiras	(68)	(85)
Juros sobre debêntures, empréstimos e financiamentos	(529.804)	(407.674)
AVP - provisão para manutenção	-	(66.094)
Juros passivos	-	(2.277)
Despesa bancárias	(226)	(265)
Outras	(2.454)	(2.639)
Total	(532.552)	(479.034)
Resultado financeiro líquido	(494.445)	(453.988)

21. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis. Consequentemente, não foram analisadas pelos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2024, a cobertura de seguros é composta, conforme a seguir e estão em linha com as necessidades exigidas no Contrato de Concessão:

Descrição	Tipo de seguro	31/12/2024
Riscos operacionais	Riscos operacionais	1.304.505
Responsabilidade civil	Responsabilidade civil	117.150

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria e, consequentemente, não foram examinadas pelos Auditores da Companhia.

22. Compromissos vinculados ao contrato de concessão

Ativo imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão

A prática contábil adotada pela Companhia é a de não registrar o imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão, entretanto, é mantido controle auxiliar com a segregação dos valores dos imobilizados transferidos e do valor relativo à delegação dos serviços públicos (custo, depreciação e amortização acumulada).

Compromissos relativos às concessões

Além dos pagamentos ao poder concedente, a Companhia até 31 de dezembro de 2024 estava cumprindo todos os compromissos contratuais, incluindo metas de efetuar os investimentos previstos no contrato de concessão. Tais compromissos e investimentos contratuais não foram submetidos à análise dos auditores independentes por tratar-se de itens não financeiros calculados por metas físicas estabelecidas em contrato.

23. Instrumentos financeiros

Gerenciamento dos riscos financeiros

Visão geral

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

Estrutura de gerenciamento de riscos

A administração tem a responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. Além disso, a administração é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia. Os gestores de cada departamento reportam regularmente à administração suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de treinamento e procedimentos de gestão busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle, no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Riscos de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas caso um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro deixe de cumprir suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e outros recebíveis e de caixa e equivalentes de caixa.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações contábeis é como segue:

	Notas	Valor contábil	
		31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa	5	241.558	174.150
Contas a receber de clientes	6	37.535	31.928
Outros recebíveis	-	432	424
Total		279.525	206.502
Circulante		279.525	206.502

Contas a receber

O valor das contas a receber de clientes é originário do serviço de passagem da rodovia, bem como receitas acessórias.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (valores expressos em milhares de reais)

A composição por vencimento de contas a receber de clientes e outros recebíveis na data das demonstrações contábeis para os quais não foram reconhecidas perdas por redução no valor recuperável é como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Duplicatas a vencer	37.535	31.928

A exposição da Companhia a risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a administração considera a distribuição e as características dos clientes em sua avaliação, incluindo o risco de não pagamento do setor no qual o cliente opera, uma vez que esses fatores podem ter impacto no risco de crédito. Não há concentração geográfica de risco de crédito.

A realização do crédito de contas a receber de clientes é avaliada com base na política de crédito estabelecida pela administração. O contas a receber de clientes é relacionado a vários clientes e, por serem pulverizados a Companhia utiliza o histórico de inadimplência coletiva para a decisão de constituição de provisão em contrapartida ao resultado, que corresponde a títulos vencidos a mais de 180 dias.

Baseado no monitoramento do risco de crédito de clientes, a Companhia acredita que, conforme indicado acima, nenhuma provisão será necessária com relação aos saldos de contas a receber.

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia detinha caixa e equivalentes de caixa de R\$ 241.558 (R\$ 174.150, em 31 de dezembro de 2023), os quais representam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos. O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras considerados de primeira linha.

Garantias

A Companhia tem como política não fornecer garantias financeiras a nenhuma entidade do grupo econômico.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia:

	31/12/2024					
	Valor contábil	Até 12 meses	01 a 02 anos	02 a 03 anos	03 a 05 anos	Mais que 05 anos
Passivos financeiros não derivativos						
Fornecedores e outras contas a pagar	35.794	35.794	-	-	-	-
Empréstimos bancários garantidos	4.907.593	95.142	95.884	124.436	349.246	4.242.885
Total	4.943.387	130.936	95.884	124.436	349.246	4.242.885

	31/12/2023					
	Valor contábil	Até 12 meses	01 a 02 anos	02 a 03 anos	03 a 05 anos	Mais que 05 anos
Passivos financeiros não derivativos						
Fornecedores e outras contas a pagar	38.177	38.177	-	-	-	-
Empréstimos bancários garantidos	4.526.316	350.268	70.968	95.504	279.341	3.730.235
Total	4.564.493	388.445	70.968	95.504	279.341	3.730.235

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (valores expressos em milhares de reais)

Risco de taxa de juros

Risco de taxa de juros é o risco de a Companhia vir a sofrer perdas econômicas devido a alterações adversas nas taxas de juros e câmbio, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas e/ou alterações na política monetária nos mercados interno e externo.

As operações da Companhia estão expostas a taxa de juros do Certificado de Depósitos Interbancários (CDIs), não existindo operações com derivativos no intuito de proteção para essas taxas de juros.

Perfil

Na data das demonstrações contábeis, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia é como segue:

	Valor contábil	
	31/12/2024	31/12/2023
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	241.558	174.150
Passivos financeiros		
Empréstimos	(4.907.593)	(4.526.316)
Total	(4.666.035)	(4.352.166)

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia, buscando eficácia de custos, para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Uma elevação de 25 e 50 pontos base nas taxas de juros ou redução de 25 e 50 pontos base nas taxas de juros, na data das demonstrações contábeis, teria aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício de acordo com os montantes demonstrados a seguir. A análise é conduzida com a mesma base para 31 de dezembro de 2024 e 2023:

Em 31 de dezembro de 2024	Efeitos no resultado do exercício e patrimônio líquido	
	25 pb aumento	25 pb diminuição
Aplicações de taxa variável	5.469	(4.375)
Empréstimos de taxa variável	(132.451)	105.961
Sensibilidade do fluxo de caixa (líquido)	(126.982)	101.586

Em 31 de dezembro de 2023		
Aplicações de taxa variável	4.401	(3.521)
Empréstimos de taxa variável	(101.919)	81.535
Sensibilidade do fluxo de caixa (líquido)	(97.518)	78.014

31 de dezembro de 2024	Efeitos no resultado do exercício e patrimônio líquido	
	50 pb aumento	50 pb diminuição
Aplicações de taxa variável	10.938	(7.292)
Empréstimos de taxa variável	(264.902)	176.601
Sensibilidade do fluxo de caixa (líquido)	(253.964)	169.309

Em 31 de dezembro de 2023		
Aplicações de taxa variável	5.433	(3.622)
Empréstimos de taxa variável	(254.787)	169.858
Sensibilidade do fluxo de caixa (líquido)	(249.354)	166.236

Gerenciamento do capital

A política da administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor do credor e do mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. Para tanto, a administração monitora a relação da dívida líquida em relação ao patrimônio líquido total.

A administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de financiamento e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

A dívida da Companhia para a relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Total do passivo	5.609.836	5.004.352
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(241.558)	(174.150)
Dívida líquida (A)	5.368.278	4.830.202
Total do patrimônio líquido (B)	(2.002.900)	(1.462.724)
Índice da dívida líquida pelo patrimônio ajustado (A/B)	(2,68)	(3,30)

Valor justo versus valor contábil

Os valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus valores de mercado.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

Caixa e equivalentes de caixa

São definidos como ativos destinados a negociação. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

O contas a receber e outros recebíveis, fornecedores e outras contas a pagar decorrentes diretamente das operações da Companhia, estão sendo contabilizados pelo seu custo amortizado, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos na data da apuração.

Os empréstimos estão classificados como passivos financeiros não derivativos mensurados pelo custo amortizado. Para fins de divulgação, os saldos contábeis são equivalentes aos valores justos, por se tratar de captações com características exclusivas, decorrentes de fontes de financiamento específicas, indexados às taxas de mercado correspondentes ao risco de crédito da Companhia.

Hierarquia do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação.

24. Transações que não envolvem caixa ou equivalentes de caixa

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não realizou atividades de financiamento não envolvendo caixa, portanto, todas as operações estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa.